

Escrituração contábil digital, a transparência das informações e o perfil do profissional contábil

José Rodolfo Melo Cavalcante Rodrigues¹
Michelane da Silva Jacinto²

Resumo. O principal objetivo desta pesquisa foi buscar evidências empíricas através da escrituração contábil digital, evidenciando os benefícios e as dificuldades enfrentadas em produzir informações contábeis com transparência, qualidade e responsabilidade pelos profissionais contábeis na ABC. A investigação foi realizada através do método qualitativo explicando o comportamento da escrituração contábil digital na sociedade empresária. Os resultados encontrados confirmam que os profissionais contábeis devem estar cada vez mais capacitados e habilitados para exercer sua profissão produzindo informações com precisão e qualidade a ser encaminhada a Receita Federal do Brasil (RFB) através da escrituração contábil digital. Porém não é possível enviar a escrituração contábil digital se a estrutura tecnológica não conseguir dar suporte aos profissionais da contabilidade.

Palavras-chave: SPED, Escrituração Contábil Digital, Transparência, Profissional Contábil.

Abstract. The main goal of this research was to seek empirical evidence through digital bookkeeping, highlighting the benefits and the difficulties encountered in producing accounting information with transparency, quality and responsibility for accounting professionals at ABC retailer. The research was conducted through qualitative method explaining the behavior of the digital bookkeeping in society businesswoman ABC retailer. The results found that accounting professionals must be increasingly empowered and enabled to exercise their profession producing information with precision and quality to be forwarded to the Federal Revenue of Brazil (RFB) through the digital bookkeeping. However it is not possible to send the digital bookkeeping if the technological structure unable to support the accounting professionals.

Keywords: SPED; Digital Bookkeeping, Transparency, Professional Accounting.

¹ Professor da Faculdade de Ciências Humanas ESUDA.

² Bacharelado em Ciências Contábeis da Faculdade Maurício de Nassau.

1. INTRODUÇÃO

Nos dias atuais a forma que as sociedades empresárias têm demonstrado suas informações contábeis está cada vez mais célere e transparente necessitando de profissionais contábeis gabaritados e habilitados para transparecer com qualidade as informações contábeis. A **Escrituração Contábil Digital (ECD)** é uma ferramenta utilizada desde 2009, que modifica a forma de envio dos livros Diário, Razão, Balancete e Balanço, que anteriormente eram entregues em papel (impressos), passando a ser enviados eletronicamente a Receita Federal do Brasil (RFB). A qualidade e transparência da escrituração evidencia como está a vida operacional da entidade declarada para o Fisco (RFB) e se a mesma segue os princípios fundamentais contábeis que demonstram seus dados contábeis. A responsabilidade destas informações esta direcionada aos profissionais contábeis, que devem possuir habilidades, maturidade intelectual e formação acadêmica reconhecida pelo órgão competente para reproduzir as informações contábeis.

Por força do Decreto nº 6.022 de janeiro de 2007 e com a Instrução Normativa RFB nº 787 de novembro de 2007, alterado pela Instrução Normativa RFB nº 926 de março de 2009, passou a ser obrigatório, a princípio, que todas as sociedades empresárias com tributação diferenciada e sujeitas à tributação do Imposto de Renda (IR) com base no Lucro Real, enviassem, a partir de 2009, as informações relacionadas a 2008 ao ambiente SPED (Sistema Público de Escrituração Digital), através da Escrituração Contábil Digital (ECD). Com a mudança das declarações acessórias que antes eram manuscritas e agora passam a ser digitais, buscou-se **evidenciar quais os impactos enfrentados e a transparências das informações produzidas pelos profissionais contábeis para se adequar à escrituração contábil digital**. O presente artigo irá mostrar, através das normas, que toda estrutura contábil esta mudando para a forma digital, facilitando a entrega das obrigações e a atuação de fiscalização por parte do Fisco (RFB) com um único envio das obrigações acessórias.

Para fundamentar esta discussão, adotou-se por procedimento metodológico uma pesquisa qualitativa explicando em sua essência os resultados obtidos, permitindo conhecer a Escrituração Contábil Digital na sociedade empresária. Fez-se, também, uma pesquisa empírica em empresa que desenvolve a atividade comercial, buscando verificar os impactos causados pela nova realidade causada pela adoção da escrituração contábil digital. Por não se desejar identificar os atores envolvidos na pesquisa, decidiu-se omitir o nome da empresa comercial. O artigo trará o nome fictício **ABC**, quando tratar da empresa. A escolha do tema se deu por ser uma modalidade de escrituração nova e também porque poucos contadores têm habilidade para compreender a essência desta nova ferramenta digital.

Para desenvolver esta análise, o presente artigo será dividido em seis partes, sendo a escrituração contábil digital confrontada com a transparência das informações e relacionada com os contadores que a produzirão e são responsáveis pelos dados enviados. Apresentar-se-á a metodologia durante toda a análise e será desenvolvido, em seguida, um estudo de caso na **ABC**, buscando construir uma relação entre a teoria com as evidências empíricas. Finalizando, serão feitas as considerações finais.

2. ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

Para entender a Escrituração Contábil Digital (ECD), precisa-se compreender o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) que começa a surgir com a Emenda Constitucional nº 42 de 19.12.2003, que já considerava a integração e o compartilhamento das informações das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos

Municípios. O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) ganha forma jurídica com o Decreto nº 6.022 de Janeiro de 2007 que em seu art. 2º discrimina a ferramenta SPED como receptor, validador, armazenador e autenticador dos livros e documentos que contém escrituração comercial e fiscal das sociedades empresárias através de um único envio eletrônico. Para Azevedo e Mariano (2009), o SPED vem trazer mudanças sistemáticas na forma de envio das obrigações acessórias que são operações realizadas pela empresa, ou seja, realizada pelos contribuintes, alterando os livros contábeis e fiscais impressos por seu envio informatizado, diminuindo o custo do armazenamento de papel e facilitando o acesso às informações. Ainda de acordo com Azevedo e Mariano (2009) o objetivo do SPED é promover a atuação integrada dos fiscos compartilhando e facilitando o acesso às informações com os órgãos do projeto. Esses órgãos terão todo o acesso dentro dos limites constitucionais, ou seja, serão os donos da informação; racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes aos poucos o SPED irá proporcionar a entrega de um único envio das várias obrigações existentes; tornar mais célere a identificação de ilícitos tributários torna possível o cruzamento das informações disponibilizadas pelos vários contribuintes.

Azevedo e Mariano (2009) trazem a composição inicial do SPED que começou com três projetos: Escrituração Contábil Digital (ECD); Escrituração Fiscal Digital (SPED Fiscal); Nota Fiscal Eletrônica (NF-e). Posteriormente foram incluídos outros projetos, porém este artigo estuda a Escrituração Contábil Digital (ECD). Conforme Duarte (2008), a escrituração contábil digital é o pilar contábil do SPED. A Escrituração contábil digital é a geração dos livros contábeis em meio eletrônico, através de arquivo com leiaute padrão e assinado com certificado digital. Eles compreendem que a escrituração contábil digital é uma ferramenta extremamente importante para se analisar as outras escriturações digitais, por ter livros contábeis digitais obrigatórios como: Diário, Razão, Balancetes Diários e Balanços.

Para Franco (1997) no livro diário devem ser registrados todos os fatos que ocorrem diariamente, modificando ou não a situação patrimonial da empresa. O razão é o registro de todas as operações por ordem sistemática das contas devedoras e credoras, conta a conta, em ordem de data, em folhas abertas para cada conta das operações obtidas cronologicamente no diário. O balancete é a relação de todas as contas do razão, com somas de débitos e créditos. Segundo Iudícibus et al (2000) o balanço tem por finalidade apresentar a posição financeira e patrimonial da empresa em determinada data, representando, portanto, uma posição estática. A escrituração contábil reflete os atos ou fatos em ordem cronológica de cada situação contábil, refletindo a situação econômica e financeira da empresa, em cada procedimento. É pela escrituração que são obtidas as posições contábeis da saúde financeira de uma entidade. A importância desses conceitos para a escrituração contábil digital é a amarração e sustentação das informações contidas nestes livros, transparecendo em cada livro o comportamento operacional e patrimonial da empresa.

O envio desses livros por meio eletrônico, via internet tem que trazer segurança para a empresa que as envia e a identificação do usuário. A Medida Provisória nº 2.200-2 de 24.08.2001, instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP-Brasil que garante a autenticidade e a validade jurídica dos documentos em forma eletrônica, assinados digitalmente pelo empresário ou representante legal e pelo contabilista, através do certificado digital de segurança mínima tipo A3. Para Azevedo e Mariano (2009) a certificação digital é a tecnologia que disponibiliza o mecanismo de segurança garantindo a integridade e autenticidade das informações eletrônicas e documentos trocados na internet, identificando o autor da transação. A Escrituração contábil digital deverá ser encaminhada ao Programa Validador e Assinador (PVA) que é um software disponibilizado pelo site da RFB <www.receita.fazenda.gov.br/sped>, onde os dados contábeis devem ser importados e validados pelo PVA até o ambiente SPED.

A Escrituração contábil digital traz em sua essência a transparência e a qualidade das informações contábeis que devem ser produzidas à luz dos Princípios de Contabilidade que direcionam os contadores aos registros contábeis.

3. TRANSPARÊNCIA E QUALIDADE DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Com o compartilhamento das informações disponíveis aos órgãos e entidades, a transparência de cunho contábil será evidenciada, mostrada e analisada pelos membros da escrituração contábil digital. Girotto (2008) discrimina quais os membros integrantes da escrituração contábil digital: Banco Central do Brasil; Comissão dos Valores Mobiliários - CVM; Conselho Federal de Contabilidade - CFC; Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC; Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB; Superintendência de Seguros Privados – Susep; Secretarias de Estado da Fazenda e Secretarias de Finanças das Capitais. Azevedo e Mariano (2009) admitem ainda, além dos órgãos já citados, o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Verifica-se que a contabilidade no passivo tributário deverá apresentar a conta INSS e Salários a Pagar, as quais são extremamente necessárias para a transparência e fiscalização do INSS. É necessário acrescentar que todas as contas de Folha de Pagamento serão disponibilizadas ao referido órgão.

Devido à clareza dos dados a qualidade que as informações devem produzir impactam em um dos princípios contábeis que é o Postulado da Continuidade que, segundo a visão de Iudícibus et al (2000), a entidade é um organismo vivo que irá viver (operar) por um longo período de tempo (indeterminado) até que surjam fortes evidências em contrário. A empresa para continuar em sua atividade operacional deve transparecer e atribuir toda a escrituração contábil nos parâmetros que a lei em vigência exigir. O objetivo da escrituração contábil digital é ter todos os dados em um único banco de dados da Receita Federal do Brasil (RFB) podendo, assim, fiscalizar eletronicamente, com mais intensidade, o banco de dados da empresa enviado ao SPED e cruzá-lo com as obrigações acessórias ainda vigentes para empresa. Tais dados constarão no ambiente SPED durante o período de seis anos para acesso tanto do próprio emissor (empresa), como dos órgãos competentes conforme Instrução Normativa RFB nº 787, de novembro de 2007.

Para Dutra (2006),

Com base nos “livros” eletrônicos, o fisco irá cruzar informações, rastrear operações e usar estatística computacional para descobrir indícios de erros e fraudes. Por isso, precisão é fundamental. A qualidade das informações contábeis e fiscais geradas a partir dos sistemas empresariais, será fator imprescindível para a sobrevivência competitiva. Pequenos erros custarão caro, do ponto de vista fiscal e gerencial.

Atualmente existem várias empresas que disponibilizam sistemas contábeis, otimizando tempo para a sociedade empresária que é a fonte basilar para toda a estrutura da implantação da escrituração contábil digital. É através da fiscalização destas sociedades empresárias, que possuem a fonte de informação para alimentação dos dados contábeis, que a Receita Federal do Brasil (RFB) tem velocidade e consegue qualidade para gerar suas informações. Um ponto importante que nos remete à transparência e objetividade das informações é que as mesmas devem ter o mínimo de erros possível, porque são pessoas que alimentam o sistema, e no caso da ocorrência de erros, os mesmos deverão ser ajustados ou corrigidos quando identificados. Sendo assim, estas pessoas devem possuir princípios éticos em não fraudar informações para obter algum tipo de “benefício fiscal” que a lei não permita,

pois com a escrituração contábil digital, as ações irregulares serão percebidas com mais eficácia e punidas pelo Fisco (RFB) com autos de infração.

Os profissionais contábeis, e principalmente o Contador são a chave principal para que essas informações cheguem ao Fisco (RFB) através da escrituração contábil digital de forma responsável, transparente, objetiva e com a qualidade esperada através das normas e princípios contábeis.

4. PERFIL E RESPONSABILIDADE DO PROFISSIONAL CONTÁBIL

Para Marion (2003) a contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. O profissional contábil precisa cada vez mais estar atualizado e conhecer de outras disciplinas, buscando sempre estar habilitado, sendo tecnicamente inteligente, criativo, mensurando o passado produzindo informações no presente com visão do futuro, ser eloquente podendo dar uma contribuição positiva para que a empresa tenha capacidade de tomar decisões com segurança. De acordo com o CFC (1996) muitos contabilistas entendem que a informática é um meio de modernizar e ao mesmo tempo trás rapidez, qualidade e segurança e confiabilidade nos serviços. O cientista patrimonial deve possuir curso superior, sendo um bacharel em ciências contábeis, tendo todo o controle do patrimônio possuindo conhecimentos tecnológicos para dar informações hábeis.

A ética contribui para um melhor aproveitamento do contabilista com a integridade moral e social, ou seja, sua conduta deve ser sempre coerente e íntegra dentro e fora do seu ambiente profissional. Segundo o CFC (2003), cada profissional atribui valores às suas ações e a ética está diretamente relacionada a esses valores, aos princípios da dignidade, do respeito às pessoas, da boa educação, contribuindo para um bom desempenho profissional. Um dos valores indispensáveis para o trabalho do profissional contábil é a dignidade ética profissional garantindo um bom desempenho em seu ambiente profissional. As habilidades e os talentos que o profissional contábil possui não devem ser usados para maquiagem ou manipular informações contábeis para alcançar um determinado objetivo dentro ou fora do seu ambiente de trabalho. O perfil que o profissional contábil deve possuir o remete a ter uma postura aos moldes éticos e princípios e normas contábeis, refletindo que os profissionais contábeis estão em excelência quando seguem na íntegra o Código de Ética Profissional do Contador – CEPC, trazido pela Resolução CFC nº 803/96, traçando objetivos de como o profissional de contabilidade deve se relacionar no seu contexto profissional e social.

O CEPC trás deveres e proibições de competência do contador, dentro deste limite que é imposto ao profissional contábil e também acarreta as responsabilidades perante a sociedade que o cientista possui na geração das informações contábeis. O Novo Código Civil, Lei nº 10.406, de 10.01.2002 – DOU 1 de 11.01.2002, aumenta ainda mais a responsabilidade do contabilista tentando combater as práticas ilícitas da profissão, tornando objetivas e claras as praticas realizadas pelos contadores. Fortes (2001) esclarece que caso o erro tenha sido involuntário o contador deve responder a quem foi prestado o serviço. Caso o contabilista sabendo que houve erro divulgar a informação, responderá à Justiça e as demais entidades da mesma forma que o proprietário da empresa. O contador com preposto responderá sempre por seus atos, por isso deve ter em seu caráter profissional a ética de fazer só o que for correto, a escrituração contábil digital exige mais do profissional pela transparência e acesso que disponibiliza aos órgãos e entidades envolvidos.

Através deste embasamento teórico é traçado um caminho para se estudar a empresa ABC, dentro da metodologia proposta para a análise.

5. PERCURSO METODOLÓGICO DA ANÁLISE DE CASO

O método utilizado foi desenvolvido através de uma abordagem de forma qualitativa que é globalizante, holística. Segundo Costa (2011), procura-se em captar a situação ou fenômeno em toda sua extensão. Desta forma todo o ambiente é estudado, vivenciado de forma detalhada, coletando informações fidedignas explicando de forma profunda o objeto da pesquisa (OLIVEIRA, 2005).

Esta investigação deu-se por ser uma empresa atuante no mercado e o fácil acesso que o pesquisador possuía das informações. As técnicas utilizadas para coletar os dados na ABC foram conversas telefônicas, entrevistas de forma informal que se confunde com uma simples conversação (Gil, 2010). Sendo realizados questionários de forma eletrônica, ou seja, através de e-mails, embasando a pesquisa em material bibliográfico, livros, revistas da área contábil, palestras, pesquisas pela internet. O período que foi realizado a análise começou em 13 de julho de 2009 até o dia 11 de março de 2011.

Foram disponibilizados, mostrados os livros manuais (Diário, Razão, Balancete e o Balanço) e os digitais (EDC), sendo vivenciado cada procedimento até ser enviado ao ambiente SPED. O pesquisador tomou nota de todos os procedimentos, observando a organização pela participação real e o contato direto do objeto pesquisado (Gil, 2010). Fazendo uma relação como a capacidade e habilidade dos profissionais contábeis com tal ferramenta digital.

A ABC foi investigada através do conhecimento empírico relacionando-se com a experiência que resulta da prática, da vivência (COSTA, 2001). Traçando este caminho a pesquisa buscou evidenciar o comportamento trazido pela escrituração contábil digital à empresa ABC, discutindo como os profissionais contábeis produziram as informações com qualidade e transparência, relacionando os problemas e dificuldades enfrentados, ocorridos para se adequar a Escrituração Contábil Digital.

6. EMPRESA ANALISADA: ABC VAREJISTA

Em 1985 a empresa ABC destinada a comercializar grande variedade de produtos, começa apenas com a matriz. Em 1992 a ABC passa a ter a primeira filial, e após 26 anos de existência possui 04 empresas espalhadas pelo Estado de Pernambuco.

Ao longo desse tempo a ABC pelo seu crescimento e aceitação dos clientes, e com forte mercado, possui mais três empresas com ramos diferentes. O grupo está se expandindo dentro de Pernambuco e para outros Estados, com a visão de excelência e qualidade em seus produtos e serviços.

A análise da pesquisa esta direcionada para a empresa ABC que dentro do Estado de Pernambuco possui aproximadamente mais de 1.000 (um mil) funcionários, com mais de 19.625 (dezenove mil seiscentos e vinte e cinco) fornecedores, distribuindo mercadorias e serviços para atender aproximadamente cerca de 13.400 (treze mil e quatrocentos) clientes, consumindo produtos variados num total de mais 200.000 (duzentos mil) itens.

Para esta estrutura a ABC disponibiliza exatamente de 10 (dez) profissionais para o setor contábil para gerir as informações produzidas ao longo de sua atividade varejista. Dentre os 10 (dez) profissionais, 1 (um) é o Contador e os outros 9 (nove) são auxiliares de contabilidade. Os setores como lançamento de notas fiscais, contas a pagar e o setor de baixa alimentam o sistema contábil. Para a transmissão da escrituração contábil digital a contabilidade também precisa da ajuda do suporte técnico no ABC conhecido como Controle de Processamento de Dados (CPD). Estes são os profissionais, ou setores que foram

acompanhados para a análise desta pesquisa, e são os responsáveis pelo recebimento e análise dos dados, antes de ser direcionada a escrituração contábil digital.

Por ser uma Sociedade Empresária optante pelo Lucro Real, sendo um grande contribuinte econômico-financeiro, possuindo uma receita bruta anual informada nos Demonstrativos de Apuração de Contribuições Sociais (DACon) superior a R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais), cujos débitos declarados nas Declarações de Débitos e Créditos Tributários Fiscais (DCTF) são superiores a R\$ 6.500.000,00 (seis milhões quinhentos mil reais). A ABC possui massa salarial informada nas Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e informações à Previdência Social (GFIP) superior em 9.000.000,00 (nove milhões de reais) e os totais de débitos do FGTS e informações à Previdência (GFIP) montam R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), relacionados ao ano-calendário de 2007, está a ABC obrigada a enviar a Escrituração contábil digital, conforme Portaria RFB nº 2.521, de 29 de dezembro de 2008.

7. DISCUSSÃO

Conforme as entrevistas realizadas, o tema escrituração contábil digital (ECD), em 2009, passou a deixar os profissionais de contabilidade um pouco desorientados de como seria este novo procedimento adotado pela Receita Federal do Brasil (RFB), não apresentando qualquer interesse em conhecer ou se aprofundar na nova forma de escrituração dos fatos ocorridos na empresa, porém só o contador demonstrava obter conhecimentos sobre tal ferramenta a ser implantada na ABC.

O ECD trouxe grande mudança, trazendo benefícios na forma de enviar os livros, mudando o que era em papel pra envio pela internet, ou seja, arquivo digital, este processo facilitou a entrega, otimizando os custos com impressão, fazendo com que a informação contábil seja mais preciosa dentro da empresa e beneficiando também a Receita Federal do Brasil com a transparência das informações produzidas pelo ABC, acelerando a fiscalização para possível evasão fiscal que pudesse vir a ocorrer.

Segundo o depoimento do contador a escrituração contábil digital, é uma ferramenta que já mudou a visão de muitos profissionais contábeis, pois se ajusta para transparência em tempo real, obrigando os profissionais da área a serem cada vez mais habilitados para assumirem a responsabilidade de produzirem informações contábeis de qualquer entidade.

A qualidade com que estes dados devem ser enviados se reflete na capacidade dos profissionais contábeis da ABC, além do Contador por ser o responsável pelo envio, os profissionais de contabilidade contribuem para a análise e verificação das informações contábeis para serem transmitidas ao SPED.

Observou-se em uma das visitas realizadas em julho/2009, na ABC, que o fluxo de papel a ser conferido pelos profissionais de contabilidade era enorme devido à falta de habilidade por parte dos profissionais contábeis e a insegurança no sistema contábil implantado na ABC. Abaixo a tabela 1 descreve a quantidade de funcionários do setor contábil de contabilidade e sua graduação ou qualificação para ocupar o cargo contábil.

Tabela 1 - Relação dos funcionários da contabilidade

Números de Func.	Cargo/Ocupação	Graduação/Qualificação
1	Contador	Técnico em Contabilidade
2	Assistente de Contabilidade	Bacharel em Ciências Contábeis
1	Assistente de Contabilidade	Bacharelando em Ciências Contábeis
1	Assistente de Contabilidade	Secretariado
1	Assistente de Contabilidade	Técnico em Contabilidade
1	Assistente de Contabilidade	Técnico em Segurança do Trabalho
3	Assistente de Contabilidade	Não possuem qualificação
Total 10 funcionários do setor contábil		

Fonte: Elaborada pelo autor

Verifica-se que apenas 50% dos profissionais de contabilidade apresentam qualificação no campo contábil, enquanto 20% tem qualificação, mais não na parte contábil e os 30% restantes não possuem qualificação ou atividades que possam dar algum direcionamento para a área contábil.

Percebe-se que só a metade cultiva o conhecimento específico para o cargo que ocupa, enquanto os 20% informam que aprendem como o passar do tempo com as situações vivenciadas dia a dia.

O montante de papéis (documentos de utilidade contábil) acumulados deve ser conferido, avaliado no sistema contábil e reclassificado pelos auxiliares contábeis para a produção de informações que devem estar dentro dos princípios contábeis, porém só 50% dos funcionários possuem habilidade de realizar esta tarefa. Os outros 50% apresentam dificuldades de apresentar um trabalho com agilidade e qualidade, por não terem conhecimento técnico para cumprir a área de sua atuação.

A ABC apresenta um quadro reduzido e pessoal desqualificado para os milhões de dados que são registrados diariamente, trazendo problemas como atraso na geração das demonstrações contábeis, incerteza das informações que fere os princípios e normas contábeis. Pois esta conduta, na ABC, fere o Princípio da Oportunidade que determina, em sua essência, que os dados devem ser registrados de forma tempestiva, de imediato, e lançados na íntegra, ou seja, corretamente de acordo com a Resolução CFC nº 750/93. Ocorrendo a necessidade de uma informação contábil naquele momento, as informações estariam comprometidas, por não haver confiança nas informações. Tomando como base o encerramento do exercício de 2009 a ABC não tinha capacidade de apresentar seu balanço patrimonial, para assim poder enviar com segurança até junho/2010 os livros contábeis digitais, ou seja, a escrituração contábil digital, referente ao exercício anterior. Porém verificou-se através de um relatório gerencial TIME, que estavam descritas todas as horas e atividades complementares voltadas para a arrumação da contabilidade para envio da escrituração contábil digital, a contabilidade e os outros setores envolvidos passaram a trabalhar aos sábados e alguns domingos, conseguindo assim transmitir a escrituração contábil digital em 30 de junho de 2010. Dentro do exercício de 2011 o contador está avaliando as informações (EDC) enviadas a FRB para verificar se existe algum erro que possa ser corrigido. Verifica-se que o não envio acarretará multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês-calendário ou fração, conforme a Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007.

Esta avaliação exaustiva que a contabilidade deve fazer também se dá pela falta de capacidade profissional dos outros setores que alimentam o sistema. Apresentando, assim, a tabela 2, descrita abaixo, com os setores e atividades correspondentes.

Tabela 2 - Setores que geram informações para contabilidade

Número de Setores	Número de Func.	Setor	Atividades
1	5	Lançamento de Notas Fiscais	Entrada (manual) de Notas Fiscais de Compra no sistema
1	3	Contas a Pagar	Lançamento (manual) dos títulos dos Fornecedores
1	3	Baixa	Baixa pelos títulos pagos pelo contas a pagar
Total 03 setores com 11 funcionários			

Fonte: Elaborada pelo autor

Estes departamentos se utilizam de uma ferramenta disponibilizada no sistema contábil, que traz as contas contábeis de débito e crédito dentro de uma NDO (natureza da operação), para cada operação contábil ocorrida é utilizado uma NDO. O setor lançamento de Notas Fiscais se utiliza de outro sistema que permite informar o nome da NDO, que é identificado pelo sistema contábil, fazendo com que todos os dados sejam migrados diariamente para o sistema contábil. Porém, eles alimentam o sistema muitas vezes de forma incorreta, utilizando uma NDO que não corresponde à operação. Em muitas situações presenciadas, o sistema de lançamento não conseguia importar as informações para a contabilidade, sendo necessário ajuda do CPD, muitas vezes solucionadas, mas em outras era necessária a ajuda do suporte do sistema. Tudo isto contribuía para uma má informação contábil e fazia com que a contabilidade perdesse tempo para corrigir os erros cometidos pelos setores envolvidos.

O CPD é a peça chave para que os arquivos entre os setores sejam enviados corretamente, com precisão e com tempestividade, à medida que forem acontecendo, para a contabilidade e, principalmente, para que o envio da escrituração contábil digital seja realizado com sucesso.

Descreve-se abaixo o quadro dos funcionários do CPD e sua qualificação, sendo responsável por toda parte tecnológica da empresa ABC.

Tabela 3 - Relação dos funcionários do CPD

Número de Func.	Cargo/Ocupação	Graduação/Qualificação
1	Administrador de Rede	Rede de Computadores
1	Analista de Sistema	Sistemas de Informação
1	Assistente de informática	Não possuem qualificação
Total 03 funcionários do setor de controle processamentos de dados		

Fonte: Elaborada pelo autor

Com o quadro de funcionários reduzido, só aproximadamente 67% apresentam capacidade profissional para executar sua função. Pelo porte da ABC, verificou-se que a mesma apresenta poucos funcionários para a demanda de problemas tecnológicos que ocorrem diariamente. A ABC não faz investimentos de automação, realizando um trabalho de má qualidade para a contabilidade e os outros setores.

Outro erro identificado é o envio das informações à contabilidade de forma distorcida, não sendo tais informações compreendidas pela contabilidade, ou seja, os nomes dos fornecedores eram visualizados em forma de códigos, os valores não correspondiam com as notas fiscais lançadas e as contas contábeis não apresentavam seus nomes correspondentes. Tais fatos ocasionavam demora na interpretação por parte do CPD, que, por sua vez, acionava o suporte técnico do sistema. Porém, quando o suporte não era solicitado pelo CPD, a própria

contabilidade fazia a solicitação, trazendo assim grandes problemas como demora para se implantar a escrituração contábil digital e perda de tempo no registros contábeis. Tais situações não podem acontecer na contabilidade. Portanto, verificou-se, também, um suporte inadequado ao sistema operacional contábil utilizado pela ABC.

O conjunto destas informações que devem ser produzidas com qualidade e ética profissional, exigindo cada vez mais capacidade técnica dos profissionais contábeis é o que vai pesar no procedimento que está sendo desenvolvido pela Receita Federal do Brasil (RFB) e o cruzamento das informações, devido à transparência digital, com as que estão sendo enviadas. Conforme depoimento do contador, essa fiscalização ocorrerá com a confrontação das obrigações acessórias da ABC e a escrituração contábil digital (ECD), que estão relacionadas na tabela abaixo.

Tabela 4 - Obrigações Acessórias na esfera Federal, Estadual e Municipal

Sigla	Descrição	Período de envio
DIPJ	Declarações informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica	Anual
DACON	Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais	Mensal
DCTF	Declaração de Débitos e Créditos Tributários Fiscais	Mensal
ECD	Escrituração Contábil Digital	Anual
SPED PIS e COFINS	Sistema Público de Escrituração Digital – Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (a partir de Julho de 2011)	Anual
Total 7 obrigações acessórias Federais		
Sigla	Descrição	Período de envio
SEF	Sistema de Escrituração Fiscal	Mensal
Total 1 obrigação acessória Estadual		
Sigla	Descrição	Período de envio
DS	Declaração de Serviços (Recife)	Mensal
DMS	Declaração Mensal de Serviços (Jaboatão dos Guararapes)	Mensal
Total 2 obrigações acessórias Municipais		

Fonte: Elaborada pelo autor

O envio destas obrigações acessórias é importante para a análise do Fisco (RFB), pois o mesmo irá analisar se os dados enviados correspondem com o que foram transmitidos pela escrituração contábil digital (ECD). Acontece que o envio realizado em 2010 ainda está em processo de análise. Caso ocorram divergências, a Receita Federal do Brasil (RFB) irá acionar um auditor fiscal para averiguar na ABC o motivo das divergências, sendo a contabilidade, através do contador, o agente esclarecedor de todas as informações com relação à escrituração contábil digital (AZEVEDO E MARIANO, 2009).

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou evidenciar quais os impactos enfrentados, a transparência e qualidade das informações produzidas pelos profissionais contábeis para se adequar à escrituração contábil digital na empresa ABC. Os benefícios trazidos foram livros contábeis

sendo entregues eletronicamente em um único envio, redução dos custos com impressão e aumento do acesso da Receita Federal do Brasil (RFB) às informações contábeis.

Foram identificadas algumas dificuldades para a adoção da escrituração contábil digital na empresa estudada. A ABC apresenta problemas com má formação do quadro profissional, por não realizar contratações correspondentes a cada área, não sendo exigidas as qualificações devidas para que o contratado assuma o cargo, ocasionando problemas como uma má execução das atividades, trazendo dificuldades para o setor contábil em reclassificar as contas contábeis para uma conformidade com os princípios de contabilidade. A ABC não oferece aos seus colaboradores cursos e treinamentos de como operar os sistemas implantados pela mesma, não capacitando o seu pessoal, não contribuindo para o desenvolvimento da empresa. A empresa deve se estruturar de forma intelectual e tecnológica treinando seus profissionais para realizarem um trabalho satisfatório e garantir sua continuidade no mercado. Uma preocupação que deve ser constante para os profissionais de contabilidade é a de sempre procurarem manter um perfil profissional capacitado, desenvolvendo habilidades, para não serem prejudicados na execução de suas atividades e, principalmente, com a escrituração contábil digital, pois todos os procedimentos serão realizados de forma cada vez mais eletrônica e transparente, elevando o nível de qualificação dos profissionais responsáveis pelos arquivos gerados para serem enviados ao fisco (RFB).

Pelo porte da ABC, a estrutura tecnológica não desenvolve um bom trabalho no que diz respeito ao desenvolvimento de suas atividades, resolvendo os problemas dos sistemas implantados com demora, ocasionando retrabalho para produzir as informações contábeis a serem direcionadas à Receita Federal do Brasil (RFB) através da escrituração contábil digital. Por possuir uma estrutura física de grande porte, não dispõe de um sistema que traga segurança em reproduzir as informações contábeis e não corrige os erros em tempo hábil, de forma a trazer prejuízos à empresa ao enviar a escrituração contábil digital a Receita Federal do Brasil (RFB). Prova disso é que o arquivo digital enviado em 2010 está sendo reanalisado pelo contador em 2011, pelo fato do mesmo não confiar no sistema utilizado na ABC e no pouco tempo que foi disponibilizado para corrigir as informações contábeis inconsistentes em 2010. Essa correção é importante, principalmente devido ao cruzamento das informações, que o Fisco (RFB) fará da escrituração contábil digital da ABC com as obrigações acessórias descritas na tabela 4, nas esferas Federal, Estadual e Municipal, para que não surjam problemas ou complicações em dar esclarecimentos de registros que não sigam os princípios contábeis e as normas brasileiras de contabilidade.

Concluiu-se, portanto, que os resultados encontrados evidenciaram que para uma escrituração contábil digital as informações contábeis devem ser transparentes, geradas por um sistema confiável que disponibilize informações tempestivas e, principalmente, acompanhadas por um profissional contábil capacitado e com perfil ético e responsável.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, O. R. MARIANO, Paulo Antonio. **Sistema Público de Escrituração Digital**. São Paulo. IOB, 2009.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/Emendas/emenda0422003.htm>>. Acesso em: 01 mai. 2011.

Publicado sob licença da HUMANAE. Revista Eletrônica da Faculdade de Ciências Humanas ESUDA (ISSN 1517-7602). Endereço: <http://www.esuda.com.br/revista/revista.html>. Utilize o seguinte formato para referenciar este artigo: RODRIGUES, J. R. M. C.; JACINTO, M. S. Escrituração contábil digital, a transparência das informações e o perfil do profissional contábil. *Humanae*, v.1, n.4, p.55-67, Ago. 2011.

BRASIL. Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 01 de mai. 2011.

BRASIL. Resolução CFC Nº 803/96, de 10 de outubro de 1996. Disponível em:
<http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res803.htm>.
Acesso em: 02 de mai. 2011.

BRASIL. Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas_2001/2200-2.htm>. Acesso em: 18 de abr. 2011.

BRASIL. Portaria RFB nº 2.521, de 29 de dezembro de 2008. Disponível em:
<<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/Portarias/2008/portrfb2521.htm>>. Acesso em:
15 de abr. 2011.

BRASIL. Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007. Disponível em:
<<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/ins/2007/in7872007.htm>>. Acesso em: 13 de mai. 2011.

BRASIL. Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007. Disponível em:
<<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/Decretos/2007/dec6022.htm>>. Acesso em:
02 de mai. 2011.

BRASIL. Instrução Normativa RFB nº 926, de 11 de março de 2009. Disponível em:
<<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Ins/2009/in9262009.htm>>. Acesso em: 01 mai. 2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Perfil do Contabilista Brasileiro.** CFC, Brasília. 1996. Disponível em:
<http://www.cfc.org.br/uparq/livro_perfil_do_contabilista3.pdf>. Acesso em: 03 de mai. 2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Abordagens Éticas para o Profissional Contábil.** CFC, Brasília-DF. 2003. Disponível em:
<http://www.cfc.org.br/uparq/livro_etica_pdf.pdf>. Acesso em: 03 de mai. 2011.

COSTA, S. *Método Científico: Os Caminhos da Investigação.* São Paulo. Harbra, 2001.

DUARTE, R. D. *Big Brother Fiscal.* Minas Gerais: Ideas@Work, 2008.

FORTES, J. C. *Manual do contabilista.* Recife: Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Pernambuco, 2001.

FRANCO, H. *Contabilidade Geral.* São Paulo. Atlas, 1997.

GIL, A. C. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa.* São Paulo. Atlas, 2010.

GIROTTI, Maristela. **Sped Contábil, o novo paradigma.** Revista editada pelo Conselho Federal de Contabilidade – Ano XXXVII Nº 17 – Março/Abril 2008.

Publicado sob licença da HUMANAE. Revista Eletrônica da Faculdade de Ciências Humanas ESUDA (ISSN 1517-7602). Endereço: <http://www.esuda.com.br/revista/revista.html>. Utilize o seguinte formato para referenciar este artigo: RODRIGUES, J. R. M. C.; JACINTO, M. S. Escrituração contábil digital, a transparência das informações e o perfil do profissional contábil. *Humanae*, v.1, n.4, p.55-67, Ago. 2011.

IUDÍCIBUS, S. MARTINS, E. GELBCKE, E. R. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: Aplicável às demais Sociedades. São Paulo. Atlas, 2000.

OLIVEIRA, M. M. Como fazer Pesquisa Qualitativa. Totalmente atualizado segundo as Normas da ABNT. Recife. Bagaço, 2005.

Resolução CFC N° 750 de dezembro de 1993. **Princípios Fundamentais de Contabilidade.**

Disponível em:

<http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res750.htm>.

Acesso em: 09 de mai. 2011.